

## **A INFÂNCIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DAS CRIANÇAS E AS EXPECTATIVAS DA ESCOLARIZAÇÃO**

### **Eixo Temático: 03**

Silvânia Derossi Lemos de Souza<sup>1</sup>,  
Naiara Gracia Tibola<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos intensificou as discussões sobre a articulação entre a Educação Infantil e o primeiro ano. Este estudo, recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, discute as relações entre as experiências das crianças e as expectativas da escolarização. De abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa narrativa, defende que reconhecer a infância constitui princípio essencial para uma escolarização comprometida com a formação humana e os direitos das crianças.

**Palavras-chave:** Infância. Escolarização. Primeiro ano do Ensino Fundamental. Reconhecimento da infância.

#### **INTRODUÇÃO**

A entrada da criança no primeiro ano do Ensino Fundamental não representa o fim da infância, mas o início de uma nova forma de vivê-la no interior da escola. Embora a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, instituída pela Lei nº 11.274/2006, tenha reafirmado o direito à escolarização desde os seis anos de idade, também tornou mais evidente a necessidade de compreender como a infância é reconhecida nesse novo contexto educativo. Mais do que garantir o acesso à escola, esse processo desafia as instituições e seus profissionais a construir práticas que articulem aprendizagem e reconhecimento da condição infantil.

Os documentos que orientam a Educação Básica brasileira defendem a criança como sujeito de direitos e ressaltam a importância da continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Entretanto, a experiência vivida nas escolas revela que o ingresso no primeiro ano é frequentemente acompanhado por expectativas relacionadas ao desempenho, à alfabetização e à adaptação às rotinas escolares, produzindo tensões entre as exigências da escolarização e as formas pelas quais as crianças vivem, participam e atribuem sentidos às suas experiências.

É nesse cenário que se insere a presente reflexão, originada das inquietações construídas no cotidiano da escola e fortalecidas pela trajetória profissional da pesquisadora. O estudo problematiza os modos pelos quais a infância é reconhecida no primeiro ano do Ensino Fundamental, partindo do entendimento de que o ingresso da criança nessa etapa ultrapassa a adaptação a uma nova organização escolar e mobiliza diferentes formas de participação, de construção de sentidos e de vivência da escolarização. A investigação não se fundamenta na oposição entre infância e

<sup>1</sup> Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC. E-mail: [silvaniaderossi@uniplaclages.edu.br](mailto:silvaniaderossi@uniplaclages.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC. E-mail: [profa.naiara@uniplaclages.edu.br](mailto:profa.naiara@uniplaclages.edu.br)

alfabetização, tampouco questiona a função social da escola. Ao contrário, sustenta-se na compreensão de que aprender e viver a infância constituem processos inseparáveis, exigindo práticas pedagógicas que reconheçam as crianças em sua integralidade.

Este trabalho constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e tem como objetivo discutir as relações entre as experiências das crianças e as expectativas produzidas pela escolarização no primeiro ano do Ensino Fundamental, analisando como a infância é reconhecida nessa etapa da Educação Básica. A discussão fundamenta-se nas contribuições da Sociologia da Infância, especialmente em Sarmento (2005), Corsaro (2011), Kramer (2007) e Abramowicz (2011), articuladas às reflexões de Larrosa (2002) sobre experiência e às contribuições de Masschelein e Simons (2017) acerca da forma escolar. Defende-se que reconhecer a infância não constitui uma condição oposta à aprendizagem, mas um princípio que orienta a compreensão da escolarização como uma experiência comprometida com a formação humana.

## **METODOLOGIA**

Este estudo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). A investigação caracteriza-se como qualitativa e adota a pesquisa narrativa como perspectiva teórico-metodológica, por compreender que as percepções docentes sobre a infância são produzidas nas experiências, nas relações e nos sentidos construídos ao longo da trajetória profissional das participantes (Minayo, 2015; Clandinin; Connelly, 2011).

A pesquisa será desenvolvida em três Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Lages (SC), envolvendo três professoras atuantes no primeiro ano do Ensino Fundamental. A escolha das participantes decorre de sua atuação direta com crianças que vivenciam o ingresso nessa etapa da Educação Básica, contexto em que se produzem as experiências e as relações que constituem o objeto desta investigação.

A produção das informações ocorrerá por meio de observações do cotidiano escolar, registros em diário de campo e elaboração de cadernos narrativos pelas professoras participantes. Esses procedimentos possibilitarão acompanhar as experiências vividas na escola e compreender como as docentes significam a infância em suas práticas pedagógicas. As narrativas produzidas serão interpretadas à luz do referencial teórico adotado, buscando compreender os modos pelos quais a infância é reconhecida no contexto do primeiro ano do Ensino Fundamental. A pesquisa observa os princípios éticos estabelecidos para estudos com seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A reflexão proposta por este estudo parte da compreensão de que o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental não modifica a condição de criança. O que se transforma é o contexto em que essa infância passa a ser vivida. Ao entrar na escola, a criança amplia suas experiências, estabelece novas relações e passa a conviver com tempos, espaços, normas e expectativas próprios da escolarização. Nesse processo, a questão central deixa de ser apenas o que a criança aprende e passa a abranger também a forma como ela é reconhecida enquanto sujeito que continua vivendo sua infância.

Essa compreensão encontra respaldo na Sociologia da Infância, que desloca concepções tradicionalmente centradas na ideia de incompletude infantil. Ao reconhecer as crianças como sujeitos sociais, produtores de culturas e participantes ativos das relações que estabelecem, Sarmiento (2005) e Corsaro (2011) evidenciam que a infância não constitui um tempo de preparação para a vida adulta, mas uma condição vivida no presente. Sob essa perspectiva, as crianças não apenas ocupam a escola, mas produzem sentidos sobre ela, constroem relações, interpretam experiências e participam da constituição da vida escolar.

Reconhecer essa condição implica compreender que o primeiro ano do Ensino Fundamental não representa uma ruptura com a infância, mas a continuidade de um percurso que passa a incorporar novas aprendizagens e responsabilidades. As contribuições de Kramer (2007) e Abramowicz (2011) reforçam essa compreensão ao problematizar práticas que tendem a reduzir a infância às exigências da escolarização. Mais do que garantir o acesso à escola, reconhecer a infância significa assegurar que as crianças encontrem nesse espaço possibilidades de participação, expressão, pertencimento e construção de vínculos, compreendendo que aprender a ler e escrever constitui apenas uma das dimensões da experiência escolar.

Essa reflexão torna-se ainda mais significativa quando compreendemos, com Larrosa (2002), que a experiência corresponde àquilo que acontece ao sujeito e produz marcas em sua maneira de compreender o mundo. A escola, portanto, não forma apenas por meio dos conteúdos que ensina, mas também pelas relações que constrói, pelos modos como organiza seus tempos e espaços e pelas oportunidades que oferece para que as crianças sejam vistas, ouvidas e reconhecidas. Nessa direção, Masschelein e Simons (2017) contribuem para compreender que a forma escolar produz modos específicos de viver a experiência educativa, influenciando diretamente as possibilidades de participação e reconhecimento das crianças.

É nesse horizonte que esta pesquisa se insere. Mais do que identificar práticas pedagógicas ou descrever o cotidiano do primeiro ano do Ensino Fundamental, busca-se compreender como as professoras percebem e reconhecem a infância em suas relações com as crianças. Parte-se do entendimento de que as formas de reconhecimento construídas no contexto escolar influenciam não apenas os processos de aprendizagem, mas também o sentimento de pertencimento, a participação e as experiências que acompanham as crianças ao longo de sua

trajetória escolar. Espera-se que as narrativas produzidas pelas participantes ampliem as reflexões sobre a necessidade de uma escolarização que reconheça a infância não como um obstáculo à aprendizagem, mas como a condição a partir da qual aprender adquire sentido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões desenvolvidas neste estudo reafirmam que o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental não altera a condição de criança, mas inaugura uma nova experiência de viver a infância no contexto da escolarização. Nessa perspectiva, reconhecer a infância implica compreender que aprender, brincar, participar, estabelecer vínculos e produzir sentidos não constituem processos dissociados, mas dimensões que se entrelaçam na formação humana e no cotidiano da escola.

Ao aproximar as contribuições da Sociologia da Infância dos estudos sobre experiência e forma escolar, buscou-se evidenciar que a discussão não se limita à organização curricular ou às práticas de alfabetização. O desafio consiste em compreender de que maneira a escola reconhece as crianças em suas singularidades, assegurando que os processos de ensino sejam acompanhados do reconhecimento de suas formas de participação, expressão e pertencimento.

Por constituir um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento, este estudo não pretende apresentar respostas conclusivas, mas ampliar as reflexões acerca das relações entre infância e escolarização. Ao problematizar os modos pelos quais a infância é reconhecida no primeiro ano do Ensino Fundamental, busca contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas comprometidas com uma escola em que aprender e viver a infância não sejam experiências dissociadas, mas dimensões indissociáveis da formação humana. Nessa perspectiva, o direito de aprender fortalece-se quando a escola também reconhece o direito de continuar vivendo a infância.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOWICZ, Anete. **O que é infância**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo sobre a duração

de nove anos para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC/SEB, 2007. p. 13-23.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

RODRIGUES, Maria Goretti Andrade; PRADO, Guilherme do Val Toledo. **Investigação narrativa: construindo novos sentidos na pesquisa qualitativa em educação**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 29, p. 89-103, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.